

EDUCAÇÃO EM CARTA ABERTA, GOVERNADORES REIVINDICARAM APROVAÇÃO IMEDIATA DO FUNDO, VOLTADO PARA O FINANCIAMENTO DA ÁREA

Weintraub: governo não pode aumentar impostos para financiar Fundeb

Debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto de forma permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de recursos repassados, já ocorre na Câmara

BRASÍLIA

Karine Melo
Agência Brasil

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, reafirmou nesta terça-feira que o Executivo enviará ao Congresso uma proposta própria sobre o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) “para marcar uma posição clara do governo”.

O debate sobre transformar o fundo, com previsão para ser extinto este ano de forma permanente, e de elevar, gradualmente, o percentual de recursos repassados pela União, já ocorre na Câmara dos Deputados, onde uma comissão especial foi criada para discutir a (Proposta de Emenda à Constituição) PEC 15/2015, e também no Senado, onde tramita a PEC 33/2019. Além disso, o próprio ministro da Educação defende a proposta do governo.

Sobre as iniciativas, o ministro disse que não é contra mais recursos na Educação, mas disse que para isso deputados e senadores precisam apontar de onde sairá o recurso. Segundo ele a proposta em discussão no Congresso “não para em pé”. “Tenho todo interesse de aumentar o Fundeb, sem aumento de imposto, sem ser pró-cíclico, ele tem que parar de pé sozinho”,



Fundeb. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante audiência pública na Câmara Federal

disse aos senadores em audiência pública na Comissão de Educação. Ainda sobre o texto que está sendo elaborado pelo governo, Weintraub disse que o Congresso é soberano e pode tanto rejeitar como incorporar parte do texto.

O governo federal discorda da minuta que a relatora do projeto que tramita em comissão especial na Câmara, deputada federal Professora Dorinha (DEM-TO), apresentou em setembro de 2019. No texto, a relatora propôs que o percentual da contribuição

EXPLICAÇÃO

No Senado, ministro da Educação diz que Enem foi alvo de ‘chuva de fake news’

DEFESA. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta terça que a divulgação do resultado do Enem este ano foi alvo do que chamou de “chuva de fake news”. Convidado para explicar o ocorrido na Comissão de Educação do Senado, o ministro disse aos senadores que as pessoas que procuraram o MEC para reclamar de problemas no

exame foram divididas em três grupos: o primeiro formado por “militantes, que se faziam passar por um aluno”. De acordo com o ministro, outro grupo era formado por pessoas “que não estavam entendendo o processo, e nós orientamos”. O terceiro grupo, segundo ele, “foi o de alunos que foram mal, mas disseram que ‘a culpa era do Weintraub’”.

da União para o Fundeb passe dos atuais 10% para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. Já o ministro Abraham Weintraub defende que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente dos atuais 10% para 15%.

GOVERNADORES.

Em carta aberta, os chefes dos Executivos estaduais e do Distrito Federal, reunidos no Fórum dos Governadores em Brasília, nesta terça-feira, reivindicaram a aprovação imediata do Fundeb sob o argumento de que o “Parlamento protagonizou um amplo e qualificado debate sobre a necessidade de torná-lo um fundo permanente, bem como sobre a importância de aprimoramento do Fundeb, com a ampliação da participação da União no financiamento da educação básica e a revisão da metodologia de distribuição dos recursos da União aos Estados e Municípios”, diz.

Criado em 2006, para vigorar até 2020, o Fundeb é, hoje, a principal fonte de financiamento da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo ensino básico do país. Os recursos provêm de impostos e transferências da União, estados e municípios.

Em 2019, só a União destinou R\$ 14,3 bilhões aos estados. Dados da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para discutir a PEC 15/2015, apontam que, caso a proposta de ampliar a participação da União dos atuais 10% para 40% em 2031 seja aprovada, o impacto orçamentário da mudança será de R\$ 279,8 bilhões. ■

2006

FOI O ANO

da criação do Fundeb, hoje a principal fonte de financiamento da educação básica no país

ICMS QUESTÃO SOBRE O IMPOSTO DOS COMBUSTÍVEIS VIROU IMBRÓGLIO ENTRE OS LADOS

Governadores sinalizam trégua após encontro com Paulo Guedes

ENCONTRO. Governadores reunidos nesta terça-feira em Brasília sinalizaram uma trégua com o presidente Jair Bolsonaro após ele ter proposto, na semana passada, um desafio público para que os estados baixassem o ICMS dos combustíveis. O governa-



Reunião. Wilson Witzel, do Rio

do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que tem acumulado divergências com o presidente, mostrou disposição em apaziguar a situação e elogiou o fato de o ministro Paulo Guedes (Economia) ter ido pessoalmente conversar com os governadores. “Não é momento para sobressaltos. Está claro [o alívio das tensões]. Estamos consertando aqui”, disse.

Segundo os governadores presentes, houve consenso de que não há como os estados abrirem mão das receitas do ICMS de forma imediata. ■

COMÉRCIO EUA RECLASSIFICARAM O BRASIL POR OCDE

Para CNI, medida de Trump sobre Brasil é ‘ilegal’

POSIÇÃO. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirmou que considera que a decisão dos Estados Unidos de reclassificar os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, em investigações de medidas de defesa comercial, é “negativa e ilegal”. A decla-

ração foi emitida na tarde desta terça-feira, depois que o governo de Donald Trump anunciou que estava retirando o Brasil e mais 20 países da condição de economias em desenvolvimento em certos temas comerciais. A ilegalidade, para a CNI seria caracterizada por conta do fato de a medida “ter sido feita de forma unilateral, sem levar em conta as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio)”. “Na avaliação da Confederação, esse é mais um ato que reduz a importância do sistema multilateral de comércio”, declarou. ■